



Prezado Leitor,

Com muita satisfação, apresento-lhe o volume 15, número 1, do primeiro quadrimestre de 2012. Aproveito para comunicar que *Contabilidade, Gestão e Governança* foi avaliada pela comissão de área da Capes no triênio 2010/2012 com o conceito B2.

Os oito artigos, que abrangem temas diversos, poderão ser apreciados nas próximas páginas.

No primeiro deles, os autores Poliana Alves de Araújo Moura, Diana Vaz de Lima e Lucas Oliveira Gomes Ferreira, da Universidade de Brasília, apresentam um estudo comparativo entre as propostas de plano de contas dos governos brasileiro e espanhol, e verificam se as propostas estão alinhadas às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. A pesquisa bibliográfica e documental mostra que a proposta do governo brasileiro está mais alinhada aos padrões internacionais de contabilidade e que há diferenças significativas entre as propostas discutidas pelos dois países.

No artigo “Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na BM&FBovespa”, os autores Geovanne Dias de Moura, Odir Luiz Fank e Patrícia Siqueira Varela, da Universidade Regional de Blumenau, apresentam uma pesquisa descritiva e qualitativa, por meio de análise documental, com consulta em balanço patrimonial, notas explicativas e relatório da administração de empresas do setor elétrico, com o objetivo de verificar quais itens compõem os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial. Com a utilização de técnica da análise temática ou categorial para identificar e reagrupar os intangíveis, o resultado evidencia que houve aumento de informações disponíveis aos usuários.

Os autores Jeronimo Rosário Tanan Pereira e José Bernardo Cordeiro Filho, da Universidade Federal da Bahia, utilizaram a metodologia de regressão logística para investigar as variáveis que explicam a rejeição pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia às prestações de contas dos gestores públicos no artigo “Rejeições de Prestação de Contas de Governos Municipais: o que está acontecendo?”. A amostra é composta por prestações de contas dos 417 municípios da Bahia, no período de 1996 a 2008. O resultado mostra que o modelo da regressão logística é passível de utilização, porém, com a melhoria de apenas 5,3% para a predição de rejeição de contas, que, dadas as variáveis, requer cuidado analítico e ponderações quanto aos resultados encontrados.

No texto “Uma Análise da Implementação do Programa Minas PCH: O Caso da PCH Cachoeirão”, as autoras Ana Claudia Pedrosa de Oliveira, da Fundação Getúlio Vargas-EBAPE, Simone Martins, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Suely de Fátima Ramos Silveira, da Universidade Federal de Viçosa, pesquisaram se os resultados da implementação do PCH Cachoeirão atingiram os objetivos propostos na sua formulação. É uma pesquisa qualitativa com a coleta dos dados feita por meio de en-

trevistas e análise de conteúdo. Os resultados alcançados indicam que, embora o grande número de agentes financiadores atrasasse a aprovação do financiamento e prejudicasse a disponibilidade dos recursos no momento certo, de forma geral, a análise dos dados deixa claro que o processo de implementação atendeu à política formulada.

No artigo “Ações de responsabilidade social com relação ao stakeholder fornecedor: estudo de caso baseado nos indicadores Ethos em uma empresa brasileira do setor de cosméticos”, as autoras Regina Mitiko Nakayama, da Universidade Federal do Paraná, e Rivanda Meira Teixeira, da Universidade Federal de Sergipe, analisaram as ações de responsabilidade social com base nos indicadores Ethos de uma empresa brasileira de cosméticos, com relação ao stakeholder fornecedor. Por intermédio de entrevistas com os responsáveis pela área de responsabilidade social da empresa pesquisada e com os fornecedores foi evidenciada, na perspectiva dos fornecedores, a preocupação do cliente com a relação ganha-ganha e o programa de avaliação de desempenho de fornecedores como impulsionador do desenvolvimento da consciência e profissionalização das práticas de responsabilidade social.

Os principais fatores contextuais que influenciam a adoção de contratos de parcerias público-privadas no Brasil são pesquisados pelos autores Alketa Peci, André Luz de Godoy, Camila Rodrigues e Ana Tarsila Sette, da Fundação Getúlio Vargas-EBAPE, na análise dos projetos propostos pelo Governo de Minas Gerais em 2003. As entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo de grade semiaberta mostram que a justificativa e a viabilidade técnica não são critérios suficientes para adoção da modalidade, mas, fatores políticos são pontos decisivos para a utilização de contratos de parcerias público-privadas no Brasil.

A Análise Envoltória de Dados é utilizada pelos autores Ambrozina de Abreu Pereira Silva, Marco Aurélio Marques Ferreira, Marcelo José Braga e Luiz Antônio Abrantes, da Universidade Federal de Viçosa, para avaliar a eficiência na alocação dos recursos destinados à educação, saúde e habitação dos municípios mineiros, no artigo, “Eficiência na Alocação de Recursos Públicos Destinados à Educação, Saúde e Habitação em Municípios Mineiros”. Os dados demográficos secundários foram obtidos no IBGE, DATASUS, INEP, IMRS e STN, no ano de 2004. As análises evidenciam ineficiência na alocação de recursos, indicando a necessidade de revisão das práticas de gestão nos municípios mineiros.

No último artigo, os autores Elizângela Duarte, Maria Aparecida Cardozo e Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentam um estudo bibliométrico de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar o perfil das produções científicas com o tema Governança nos artigos apresentados nos principais congressos brasileiros da área de Contabilidade, no artigo “Governança: Uma Investigação da Produção Científica Brasileira no Período de 2000 a 2009”. A análise crítica dos 60 artigos encontrados mostra que os temas mais discutidos são sobre Governança relacionada ao desempenho e Governança relacionada ao comportamento das ações, com 9 artigos cada, seguidos de Governança relacionada à informação contábil e, em terceiro lugar, Governança relacionada com conflito de interesses, com 5 e 4 artigos, respectivamente.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer o apoio incondicional recebido dos professores Elionor Farah Jreige Weffort, Janann Joslin Medeiros e Wilson Toshiro Nakamura, nossos Editores Associados das áreas de Contabilidade, Administração e Finanças, bem como pelos avaliadores ad hoc e pela equipe de apoio da revista.

Boa leitura!
Prof. Jorge Katsumi Niyama

Editor